rio pch I
Grupo Neoenergia

Rio PCH I S.A. CNPJ nº 08.656.307/0001-57 Companhia Fechada

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

Senhores Acionistas,
Apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Os valores apresentados no balanço geral representam a situação da Sociedade no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A T I V O	Nota	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.434	1.740
Contas a receber de clientes e outros	5	4.661	3.811
Títulos e valores mobiliários	6	171	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	858	835
Despesas pagas antecipadamente		257	176
Adiantamento a fornecedores		80	208
Outros ativos circulantes	8	-	5
TOTAL DO CIRCULANTE		**9.461**	**6.775**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	7	14	-
Coligadas e controladas	19	4	-
Fundos vinculados	9	4.680	5.284
Depósitos judiciais	10	1.445	1.592
Outros ativos não circulantes	8	522	522
Imobilizado	11	221.054	223.555
Intangível		699	27
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**228.418**	**230.980**
TOTAL DO ATIVO		**237.879**	**237.755**

P A S S I V O	Nota	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	2.084	3.121
Empréstimos e financiamentos	13	9.975	10.009
Taxas regulamentares		6	8
Impostos e contribuições a recolher	7	501	432
Dividendos e juros sobre capital próprio	14	3.084	136
TOTAL DO CIRCULANTE		**15.650**	**13.706**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	106.791	116.355
Coligadas e controladas	19	1.298	1.308
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**108.089**	**117.663**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		105.951	105.951
Reservas de lucro		564	29
Proposta de distribuição de dividendos adicional		7.625	406
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**114.140**	**106.386**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**237.879**	**237.755**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros Reserva Legal	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Não Auditado)	**105.951**	**-**	**(4.622)**	**-**	**101.329**
Lucro líquido do exercício	-	-	5.191	-	5.191
Destinações:					
Reserva legal	-	29	(29)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(134)	-	(134)
Dividendos propostos	-	-	(406)	406	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Não Auditado)	**105.951**	**29**	**-**	**406**	**106.386**
Lucro líquido do exercício	-	-	10.702	-	10.702
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(406)	(406)
Destinações:					
Reserva legal	-	535	(535)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(2.542)	-	(2.542)
Dividendos propostos	-	-	(7.625)	7.625	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**105.951**	**564**	**-**	**7.625**	**114.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
RECEITA BRUTA	16	**35.957**	**32.015**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	17	(1.314)	(1.192)
RECEITA LÍQUIDA		**34.643**	**30.823**
CUSTO DO SERVIÇO	18	(11.924)	(11.795)
LUCRO BRUTO		**22.719**	**19.028**
Despesas gerais e administrativas	18	(1.428)	(338)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**21.291**	**18.690**
Receita financeira		873	665
Despesa financeira		(10.080)	(10.618)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**12.084**	**8.737**
Imposto de renda e contribuição social		**(1.382)**	**(3.546)**
Corrente		(1.382)	(1.188)
Diferido		-	(2.358)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**10.702**	**5.191**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	**12.084**	**8.737**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	5.263	5.013
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	9.802	10.553
	27.149	**24.303**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(850)	(504)
Impostos e contribuições a recuperar	(37)	(31)
Fundos vinculados	604	(127)
Depósitos judiciais	147	(106)
Despesas pagas antecipadamente	(81)	-
Coligadas e controladas	(4)	-
Outros ativos	133	80
	(88)	**(688)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(1.037)	(884)
Encargos de dívidas	(9.836)	(8.693)
Taxas regulamentares	(2)	-
Impostos e contribuições a recolher	(1.313)	(848)
Coligadas e controladas	(10)	34
Outros passivos	-	(1.122)
	(12.198)	**(11.513)**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**14.863**	**12.102**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(9.564)	(7.970)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(9.564)**	**(7.970)**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(2.759)	(5.078)
Aquisição de intangível	(675)	-
Títulos e valores mobiliários	(171)	(409)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(3.605)**	**(5.487)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**1.694**	**(1.355)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.740	3.095
Caixa e equivalentes no final do exercício	3.434	1.740
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**1.694**	**(1.355)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Rio PCH I S.A. ("Rio PCH I") é uma sociedade de propósito específico (SPE) e foi constituída em 26 de janeiro de 2007 como uma companhia de capital fechado, controlada pela Neoenergia, com 70% de participação. Os 30% restantes pertencem à PCH Administração & Participações Ltda.
A sociedade de propósito específico (SPE) implantou as Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga, (20 MW), e Pedra do Garrafão, (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Essas hidrelétricas comercializaram sua energia junto ao pool de 64 Distribuidoras Brasileiras por meio dos Contratos de Comercialização celebrados no Ambiente de Contratação Regulado.
A PCH Pirapetinga iniciou as operações por intermédio do acionamento de suas duas turbinas de 10 MW cada, totalizando 20 MW, no mês de agosto de 2009. No mês setembro de 2009 entraram em operação as duas turbinas de 9,5 MW, totalizando 19 MW, da PCH Pedra do Garrafão. Atualmente a Companhia opera com o total de sua capacidade instalada, que é de 39 MW. A energia assegurada é de 24,62 MW/ano. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2032.
A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 07 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência e realização de impostos e contribuições sociais diferidos.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.
A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente
São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.
a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.
- Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Continua...

www.elipsepublicidade.com.br

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.11 - Intangível

Compreende o direito de licença de uso de software e manutenção de sistema e faixas de servidões permanentes. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.12 - Taxas regulamentares

a) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

2.14 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3 Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	39	287
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	3.395	1.453
	3.434	**1.740**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado)
Títulos a receber	3.034	2.684
Títulos a receber - partes relacionadas	1.290	631
	4.324	**3.315**
Comercialização de energia na CCEE	337	496
Total	**4.661**	**3.811**

A composição dos títulos a receber por prazos de vencimento é a seguinte:

	Saldos Vincendos	Vencidos Até 90 Dias	Vencidos Mais 90 Dias	Total 31/12/11	Total 31/12/10 (Não Auditado)
Setor Público	1.643	-	-	1.643	1.104
Setor Privado	2.681	-	-	2.681	2.211
Total	**4.324**	**-**	**-**	**4.324**	**3.315**

6 Titulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado)
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	171	-
Total				**171**	**-**

(*) diversos vencimentos.

Corrresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

7 Tributos e Contribuições Sociais

• Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	Ref.	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Imposto de Renda - IR	(a)	67	65
Contribuição Social - CSLL	(a)	19	18
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	194	194
Programa de Integração Social - PIS	(c)	110	106
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	467	452
Imposto Sobre Serviços - ISS		1	-
		858	**835**
Não Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	14	-
		14	**-**
Total		**872**	**835**

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

• Impostos e contribuições a recolher

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Circulante		
Imposto de Renda - IR	174	160
Contribuição Social - CSLL	120	106
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2	2
Programa de Integração Social - PIS	23	21
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	108	95
Imposto Sobre Serviços - ISS	10	18
Parcelamento de Tributos	64	-
Outros	-	30
Total	**501**	**432**

8 Outros Ativos

	Ref.	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Créditos a receber de terceiros	(a)	521	521
Outros créditos a receber		1	6
Total		**522**	**527**
Circulante		-	5
Não Circulante		522	522

(a) Em 2009 a Rio PCH recebeu um auto de infração da Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul – ES, pelo não recolhimento de ISSQN pelas empresas EPCistas. A Rio PCH foi acionada por ser contribuinte substituto. Em 29 de dezembro de 2009 a Rio PCH pagou os autos de infração por responsabilidade solidária, no entanto, entrará com uma ação para recuperar o valor não recolhido pelas empresas EPCistas.

9 Fundos Vinculados

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado)
Fundo de Investimento CDI - *Conta Reserva BNDES*	4.680	5.284
Total	**4.680**	**5.284**

Referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

10 Depósitos Judiciais

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Cíveis	88	108
Cauções - depósitos vinculados	1.357	1.484
Total	**1.445**	**1.592**

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	31/12/11 Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	31/12/11 Custo	31/12/11 Depreciação Amortização Acumulada	31/12/11 Valor Líquido	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado) Valor Líquido
Em Serviço					
Terrenos		4.731	-	4.731	8.530
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,00%	152.319	(7.247)	145.072	68.688
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4,00%	15.377	(981)	14.396	42.654
Máquinas e Equipamentos	4,68%	59.356	(3.689)	55.667	35
Móveis e Utensílios	9,42%	12	(3)	9	6
Subtotal		**231.795**	**(11.920)**	**219.875**	**119.913**
Em Curso					
Reservatórios, Barragens e Adutoras		331	-	331	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		116	-	116	-
Máquinas e Equipamentos		199	-	199	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	59.469
Outros		533	-	533	44.173
Subtotal		**1.179**	**-**	**1.179**	**103.642**
Total		**232.974**	**(11.920)**	**221.054**	**223.555**

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço Custo	Em Serviço Depreciação Acumulada	Em Serviço Valor Líquido	Em Curso Custo	Em Curso Valor Líquido	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Não Auditado)	**126.591**	**(6.678)**	**119.913**	**103.642**	**103.642**	**223.555**
Adições	-	18	18	2.741	2.741	2.759
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(5.260)	(5.260)	-	-	(5.260)
Transferências	105.204	-	105.204	(105.204)	(105.204)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**231.795**	**(11.920)**	**219.875**	**1.179**	**1.179**	**221.054**

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

12 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Fornecedores	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Energia Elétrica	-	516
Encargos de Uso da Rede	60	-
Materiais e Serviços	2.024	2.605
Total	**2.084**	**3.121**

13 Empréstimos, Financiamentos e Encargos da Dívida

Composição da Dívida	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total 31/12/11	Total 31/12/10 (Não Auditado)
Moeda nacional						
BNDES	TJLP + 1,92% a.a.	412	9.563	106.791	116.766	126.364
Total		**412**	**9.563**	**106.791**	**116.766**	**126.364**

O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas Pirapetinga e Pedra do Garrafão e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de março de 2010 até 15 de fevereiro de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 1,92% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Total 31/12/11	Total 31/12/10 (Não Auditado)
2012	-	9.563
2013	9.563	9.563
2014	9.563	9.563
2015	9.563	9.563
2016	9.563	9.563
Após 2016	68.539	68.540
Total	**106.791**	**116.355**

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional Passivo Circulante	Moeda Nacional Não Circulante	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Não Auditado)	**10.009**	**116.355**	**126.364**
Encargos	9.802	-	9.802
Transferências	9.564	(9.564)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.400)	-	(19.400)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	**9.975**	**106.791**	**116.766**

14 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	105.951	105.951
Total	**105.951**	**105.951**
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	10.702	5.191
Absorção de prejuízo acumulado	-	(4.622)
Constituição da reserva legal	(535)	(29)
Base de cálculo do dividendo	10.167	540
Dividendos mínimos obrigatórios	**2.542**	**134**

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Não Auditado)	**136**
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	406
Propostos	2.542
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**3.084**

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R$ 105.951.

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (Em Mil) Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	74.166	70,0
PCH Adm. e Participações	31.785	30,0
Total	**105.951**	**100,0**

Acionistas	R$ (Em Mil) Ações Ordinárias	%
Neoenergia S.A.	74.166	70,0
PCH Adm. e Participações	31.785	30,0
Total	**105.951**	**100,0**

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

16 Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) (Reclassificado)
Fornecimento de Energia	34.916	31.391
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.041	624
Total	**35.957**	**32.015**

17 Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Impostos:		
PIS	(235)	(212)
COFINS	(1.079)	(980)
Total	**(1.314)**	**(1.192)**

18 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/11 Custos de Bens e Serviços Vendidos	31/12/11 Despesas Gerais e Administrativas	31/12/11 Total	31/12/10 (Não Auditado) Total
Pessoal	-	-	-	(37)
Administradores	-	-	-	(6)
Material	(113)	(1)	(114)	(11)
Serviços de terceiros	(2.939)	(1.416)	(4.355)	(3.216)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSEE	(72)	-	(72)	(93)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.171)	-	(2.171)	(2.061)
Encargos de uso do sistema transmissão	(1.219)	-	(1.219)	(1.242)
Depreciação e amortização	(5.259)	(4)	(5.263)	(5.013)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	-	(4)	-
Tributos	(1)	(7)	(8)	(30)
Outros	(146)	-	(146)	(424)
Total custos/despesas	**(11.924)**	**(1.428)**	**(13.352)**	**(12.133)**

19 Saldos e Transações com partes Relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	31/12/11 Resultado	31/12/10 (Não Auditado) Ativo	31/12/10 (Não Auditado) Passivo	31/12/10 (Não Auditado) Resultado
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	2.186	-	-	102	-
		Outras	-	-	-	-	10	-
			-	**2.186**	**-**	**-**	**112**	**-**
Coelba	(a)	Energia fornecida	134	-	1.116	127	-	1.054
			134	**-**	**1.116**	**127**	**-**	**1.054**
Celpe	(a)	Energia fornecida	237	-	1.858	220	-	1.754
			237	**-**	**1.858**	**220**	**-**	**1.754**
Cosern	(a)	Energia fornecida	108	-	819	101	-	773
			108	**-**	**819**	**101**	**-**	**773**
Itapebi	(b)	Outras	-	1.298	-	-	1.298	-
			-	**1.298**	**-**	**-**	**1.298**	**-**
NC Energia		Energia comprada	-	-	(1.880)	-	-	(893)
	(a)	Energia fornecida	811	-	5.042	178	-	2.646
			811	**-**	**3.162**	**178**	**-**	**1.753**
Neoenergia Serviços		Prestação de serviço	-	147	(2.136)	-	279	(1.957)
			-	**147**	**(2.136)**	**-**	**279**	**(1.957)**
Bahia PCH I		Outras	4	-	-	4	-	-
			4	**-**	**-**	**4**	**-**	**-**

(a) Cobrança pelo fornecimento de energia.

(b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo.

20 Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui operações com derivativos em aberto.

Considerações Gerais

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e Concessão de serviços públicos - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custo subsidiado atrelado à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos) 31/12/11 Contábil	31/12/11 Mercado	31/12/10 (Não Auditado) Contábil	31/12/10 (Não Auditado) Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.434	3.434	1.740	1.740
Titulos e valores mobiliários	171	171	-	-
Contas a receber de clientes e outros	4.661	4.661	3.811	3.811
Fundos vinculados	4.680	4.680	5.284	5.284
Passivo				
Fornecedores	(2.084)	(2.084)	(3.121)	(3.121)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(116.766)	(116.766)	(126.364)	(126.364)

Fatores de Risco:

• Riscos financeiros

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

	Aumento/Redução em Pontos-Base	Efeitos No Resultado	Efeitos No Patrimônio Líquido
31/12/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	(68)	(68)
31/12/2010 (Não Auditado)			
Ativos Financeiros			
CDI	99	66	66

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

• Riscos operacionais

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

21 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual, conforme mencionado anteriormente, foi determinada unicamente pela Administração da Companhia.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais - R$):

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada (R$)	Prêmio (R$)
Riscos Operacionais - Subestações e Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	137.671.881	170.040
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	20.000.000	22.230

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos operacionais - subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em conseqüência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R$ 20.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização - LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as pequenas centrais hidrelétricas do grupo Neoenergia.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Rio PCH I S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa
Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro
Vice-Presidente

Titular
Daniel Xavier Mendes

Suplentes
Erik da Costa Breyer
Diego Xavier Mendes
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira - **CRC MG-068369/O-0-T-RJ**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Rio PCH I S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio PCH I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio PCH I S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Rio PCHI S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação e, consequentemente, não emitimos opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC-1RJ 093.771/O-9

www.elipsepublicidade.com.br